

Brasil pode voltar a pedir novo empréstimo

“Jumbo”

Brasília — O pedido de recursos novos junto aos bancos internacionais que o governo brasileiro fará na próxima etapa de negociação da dívida externa não se destina apenas a evitar a queima de reservas cambiais. É fundamental para dar continuidade ao processo de crescimento econômico, segundo fonte qualificada da área financeira.

Conquanto o termo pertença à administração anterior, admite-se que um novo empréstimo “jumbo” será necessário. O técnico esclareceu que o saldo acumulado da balança comercial relativo ao primeiro trimestre, que, na sua estimativa, ficará cerca de 400 milhões de dólares abaixo da meta prevista para o período, será o principal obstáculo à reintegração plena do Brasil nos mercados internacionais de empréstimos bancários e nos acertos com o FMI.

A fonte acrescentou que as preocupações dos banqueiros foram manifestadas na segunda-feira ao Presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, por Philip Parkinson, vice-presidente do First National Bank of Chicago, e, ontem, pelo diretor do Morgan Guaranty Trust, Jacques de Mandat-Grancey. No comitê de assessoramento dos 14 bancos credores, Morgan ocupa uma das vice-presidências.

Para o técnico do governo, desde o início do ano os bancos credores já nutriam uma certa desconfiança sobre a necessidade do Brasil de “New Money” (dinheiro novo) a curto prazo. A alta desenfreada do dólar nos mercados internacionais, embora tenha arrefecido nos últimos dias, insinuava uma dificuldade intransponível para a colocação de produtos brasileiros no exterior, o que se agravou com o protecionismo dos países industrializados, que criaram barreiras às importações.

Desta constatação à revisão da estratégia governamental de pedir novos empréstimos, a distância a percorrer foi pequena. A fonte argumentou que obviamente caberá aos bancos concordar com a concessão dos empréstimos. Mas ponderou também que o compromisso político da Aliança Democrática é suficientemente forte para que os credores entendam que, agora, as condições são diferentes.

Dispondo de bom nível de reservas internacionais, no momento, o Brasil, de acordo com o raciocínio do mesmo especialista, não teria motivos para temer uma eventual retaliação nas linhas de comércio. Assim, já está em condições de dispensar a proposta romântica de capitalização dos juros para jogar num outro tipo de terreno, com variáveis mais realistas.

Entretanto, lembrou que os bancos estrangeiros não devem mostrar-se excessivamente preocupados com a revisão do procedimento brasileiro, já que, até o final da década, a dívida externa líquida (que é a dívida bruta menos as reservas em caixa) passará, de 95 bilhões de dólares para aproximadamente 103 bilhões de dólares, resultando em queda real no período, o que interessa aos bancos e ao Brasil.